

REVISTA

DESAFIOS

ISSN: 2359-3652

V.12, n.2, 2025 – DOI: http://dx.doi.org/10.20873/2025_ENEPEA_v12n2.06

DESTRUÇÃO CRIATIVA DE PAISAGENS URBANAS: ANÁLISE MORFOLÓGICA DAS NOVAS COMBINAÇÕES DA PAISAGEM DO ENTORNO DO AÇUDE VELHO, CAMPINA GRANDE (PB)

*CREATIVE DESTRUCTION OF URBAN LANDSCAPES:
MORPHOLOGICAL ANALYSIS OF NEW LANDSCAPE
COMBINATIONS AROUND AÇUDE VELHO, CAMPINA GRANDE
(PB)*

*DESTRUCCIÓN CREATIVA DE PAISAJES URBANOS: ANÁLISIS
MORFOLÓGICO DE NUEVAS COMBINACIONES PAISAJÍSTICAS
EN TORNO A AÇUDE VELHO, CAMPINA GRANDE (PB)*

Lizia Agra Villarim

Doutora em Desenvolvimento Urbano (UFPE), E-mail: liziaagra@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8218-4963>

Mauro Normando Macedo Barros Filho

Doutor em Desenvolvimento Urbano (UFPE), E-mail: mauro.barrosfilho@ufcg.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9811-8327>

RESUMO:

Ao considerarmos as mediações da acumulação capitalista como prática social, entendendo-as como parte das relações que conformam uma dada paisagem, admitimos que os ciclos do capitalismo promovem mudanças que se inscrevem na paisagem através de modelos de produção e apropriação do espaço, tipos arquitetônicos etc. O que nos leva a refletir sobre os reflexos do atual regime de acumulação na produção do espaço, especialmente quanto à “destruição criativa”, noção relacionada por Schumpeter (1988) ao modo de atuação dos empresários que admitem novas combinações na produção de mercadorias visando potencializar o seu consumo. Essa postura tem sido muito comum no tratamento do mercado imobiliário em áreas consolidadas, o que nos levou a hipótese de ser o caso da porção do centro de Campina Grande (PB), localizada no entorno do Açude Velho, pois está em curso uma renovação urbana justificada por uma obsolescência simbólica que tem resultado em novas tipologias arquitetônicas e na retenção especulativas de bens imobiliários e fundiários. Assim, objetivamos relatar a análise dessa paisagem urbana, tradicionalmente valorizada pelo mercado imobiliário, por meio da metodologia histórico geográfica. Contribuindo, portanto, para a reflexão sobre os processos socioeconômicos que justificam e impulsionam a transformação de paisagens históricas pela destruição criativa.

PALAVRAS-CHAVE: destruição criativa; paisagem; morfologia urbana.

ABSTRACT:

When we consider the mediations of capitalist accumulation as a social practice, understanding them as part of the relationships that shape a given landscape, we admit that the cycles of capitalism promote changes that are inscribed in the landscape through models of production and appropriation of space , architectural types, etc. Which leads us to reflect on the consequences of the current regime of accumulation in the production of space, especially regarding “creative destruction”, a notion related by Schumpeter (1988) to the way in which entrepreneurs operate who admit new combinations in the production of goods with the aim of enhancing its consumption. This stance has been very common in the treatment of the real estate market in consolidated areas, which led us to hypothesize that this is the case in the portion of the center of Campina Grande (PB), located around Açude Velho, as urban renewal is underway. justified by a symbolic obsolescence that has resulted in new architectural typologies and the speculative retention of real estate and land assets. Therefore, we aim to report the analysis of this urban landscape, traditionally valued by the real estate market, through the historical geographic methodology. Contributing, therefore, to reflection on the socioeconomic processes that justify and drive the transformation of historical landscapes through creative destruction.

KEYWORDS: creative destruction; landscape; urban morphology.

RESUMEN:

Cuando consideramos las mediaciones de la acumulación capitalista como una práctica social, entendiéndolas como parte de las relaciones que configuran un determinado paisaje, admitimos que los ciclos del capitalismo promueven cambios que se inscriben en el paisaje a través de modelos de producción y apropiación del espacio, tipologías arquitectónicas, etc. Esto nos lleva a reflexionar sobre las repercusiones del actual régimen de acumulación en la producción del espacio, especialmente en términos de «destrucción creativa», noción relacionada por Schumpeter (1988) con la forma de actuar de los empresarios cuando permiten nuevas combinaciones en la producción de bienes con el fin de maximizar su consumo. Esta actitud ha sido muy común cuando se trata del mercado inmobiliario en áreas consolidadas, lo que nos llevó a plantear la hipótesis de que éste es el caso de la parte del centro de Campina Grande (PB) situada en torno al Açude Velho, ya que está en marcha una renovación urbana justificada por una obsolescencia simbólica que ha dado lugar a nuevas tipologías arquitectónicas y a la retención especulativa de bienes inmuebles y terrenos. Nuestro objetivo es analizar este paisaje urbano, tradicionalmente valorado por el mercado inmobiliario, utilizando una metodología histórica y geográfica. Contribuyendo así a la reflexión sobre los procesos socioeconómicos que justifican e impulsan la transformación de los paisajes históricos a través de la destrucción creativa.

Palabras clave: destrucción creativa; paisaje; morfología urbana.

INTRODUÇÃO

As relações sociais são sempre espaciais e ocorrem em função da necessidade de suporte espacial para as práticas sociais que, por sua vez, são condicionadas pelas condições do ambiente físico (o sítio) e, também pelas convenções sociais, culturais, políticas e econômicas que compõem a dimensão imaterial do espaço e que condicionam o acesso e a apropriação da tangível. Desta teia de relações incessantes, que possuem múltiplas escalas, atores e condicionantes, emerge a paisagem urbana, que pode ser entendida como o conjunto de práticas, materiais e imateriais, inscritas no espaço geográfico ao longo do tempo, e que refletem o perfil dos sujeito que as modelam, habitam e delas se apropriam.

Nos aglomerados urbanos são as práticas sociais dominantes que conformam a organização funcional e social, a qual estabelece e define a forma urbana, e, por conseguinte, o perfil da sua paisagem urbana, estando todos esses aspectos condicionados às tensões, conflitos e acordos de um dado período temporal. Entendemos as mediações da acumulação capitalista como práticas sociais que conformam uma dada paisagem. Assim, ao longo dos ciclos do capitalismo suas influências promovem mudanças que se inscrevem na paisagem através de modelos de produção do espaço, modos de apropriação, tipos arquitetônicos, etc. Para Topalov (1984), essa intrínseca relação da paisagem urbana com o capitalismo permite diferentes investigações e a adoção de distintos instrumentos de análise.

Essas breves considerações nos levam a refletir sobre os reflexos do atual regime de acumulação na produção do espaço, onde emerge a “destruição criativa” como conduta dos agentes imobiliários. Esta noção foi apresentada por Schumpeter (1988) para descrever o modo de atuação dos empresários que admitem novas combinações para produção de mercadorias a fim de expandir e/ou potencializar o seu consumo/comércio, ou desenvolver novos mercados, despertando novas necessidades aos sujeitos consumidores. Em termos urbanos, essa postura tem sido muito comum nas ações do mercado imobiliário em áreas consolidadas, tendo sido tratada por Abramo (2007) nos casos residenciais. O que nos levou a hipótese de que também seja o caso da porção do centro da cidade de Campina Grande, Paraíba, localizada no entorno do Açude Velho, principal espaço livre público e cartão postal da cidade, pois a área passa por processo de renovação urbana através da demolição de vários edifícios históricos para construção de novos imóveis ou retenção especulativa.

Esta área, oriunda da segunda expansão urbana da cidade, pode atestar, através dos seus atributos, as várias transformações que passou ao longo do tempo, respondendo, também, às motivações, práticas, relações e representações sociais que impulsionam essas mudanças. Assim, neste artigo, objetivamos relatar a análise da paisagem urbana conformada pelo entorno do Açude Velho, área tradicionalmente valorizada pelo mercado imobiliário. Como também,

apresentar a possibilidade da análise da paisagem urbana através da metodologia histórico geográfica, linha tratada pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana. Por fim, pretende-se contribuir para a reflexão sobre os processos sociais e econômicos que justificam e impulsionam a transformação de paisagens históricas pela destruição criativa.

TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA

A paisagem urbana é traduzida pelos elementos, materiais e imateriais, que atestam as relações entre sujeitos e desses com as estruturas naturais e construídas, atentando, ainda, a periodicidade das práticas que os conformam. Essas relações sofrem influências dialéticas do regime de acumulação capitalista, mas também são condicionadas por características e aspectos específicos da localidade geográfica e do perfil sociocultural, político e espiritual da sociedade que conforma a paisagem.

A paisagem urbana é formada por três fatores interdependentes, sítio, sociedade e elementos construídos (Macedo, 1999), todos subjugados ao tempo. Sendo a expressão morfológica de diferentes formas de ocupação e apropriação do espaço, oriundas de temporalidades distintas (Macedo, 1999).

É considerada como um produto e como um sistema. Produto por ser resultante de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Sistema na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, haverá uma reação correspondente, surgindo uma alteração morfológica parcial ou total" (Macedo, 1999, p.11).

Convém destacar que a "ocupação e gestão", assim como as alterações morfológicas do território em um dado período, estão inscritas no que Abramo (1995) caracterizou como uma regime urbano, pois referem-se à relação entre o capitalismo e a estrutura urbana, que se reproduz na regulação urbana mediante distintas espacialidades e de modo específico. O sistema capitalista é um processo histórico e apresenta suas imbricações com o urbano sempre destacando a presença de "condições de reproduibilidade social" específicas para as diferentes relações de produção do espaço (Abramo, 1995).

O debate entre a produção do espaço urbano e o capitalismo possibilita diversos temas de investigação e pode representar, ainda, "instrumentos de análises" (Topalov, 1984, p.3). Isso decorre da própria importância do espaço na tríade do capitalismo marxista - solo, trabalho e capital, sendo todos imbricados ao espaço -, já que a maioria das atividades de produção e consumo ocorre em uma dada localização geográfica, e também pela possibilidade de compreender os desdobramentos das relações econômicas nas práticas socioculturais e espaciais - em outras palavras, na paisagem urbana. Onde práticas de outras dimensões, como política, social e cultural, são consideradas e resultam em convenções que

tornam o espaço um representante de capital, traduzindo essa variedade de elementos e aspectos em diferentes estruturas e sistemas urbanos e ambientais.

Na contemporaneidade, a importância de evocar essa influência do capitalismo na conformação e transformação das paisagens urbanas dá-se por sua atuação sistêmica, que faz emergir os modos e modelos de produção do espaço. A forma como as paisagens urbanas são constantemente transformadas e seus impactos morfológicos podem ser compreendidos, assim como podemos identificar os agentes e as posturas transformadoras que empreendem.

A relevância da questão econômica em termos urbanos deve-se por influenciar ou condicionar práticas e representações sociais que se cristalizam na espacialidade, além da própria estrutura e divisão do espaço, que é formulada a partir de conflitos e acordos, que também definem e qualificam os grupos e sujeitos que as operam. Essa dimensão das práticas urbanas ainda permite a compreensão de parte significativa das motivações e dos tipos de condutas aplicados à (re)produção do espaço, destacando-se, na atualidade: (i) processos de expansão fragmentada da malha urbana, pela consolidação de áreas periféricas; (ii) intervenções urbanas segregacionistas, visando a promoção de diferenciais espaciais e promovendo a mudança de espacialidades; (iii) ações de produção e modificação com forte impacto na preservação ambiental, especialmente pelo modelo de produção intensivo e com a rápida obsolescência de estruturas e materiais; e (iv) ações de renovação urbana, motivadas por uma “destruição criativa” (Harvey, 2016), que é uma forma de modelar novos desejos ou recriá-los, mascarando e fetichizando o ritmo de transformação da ordem social e, no caso da cidade, as estruturas urbanas e arquitetônicas.

O contexto do objeto empírico em estudo desperta a importância desta quarta conduta, a da “destruição criativa”, noção apresentada por Schumpeter (1988) na sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, e trata do papel ativo do empresário, associado ao desenvolvimento que é viabilizado pela “realização de novas combinações”. Refere-se às novas soluções de mercadorias, produtos e serviços apresentados no mercado para atrair um novo público, ou para despertar um novo interesse ou necessidade de compra, ou justificar a obsolescência de determinado bem e a necessidade de sua substituição.

A autor ainda descreve os cinco modos de processamento destas novas combinações: (i) introdução de um novo bem ou agregação de novas características ao bem, a exemplo daqueles que os consumidores não estão familiarizados; (ii) introdução de novo ou diferente método de produção, que pode ser através da modernização de sistemas e técnicas; (iii) abertura de um novo mercado ou inserção de uma nova maneira de comercialização, onde destacamos a possibilidade do mercado virtual; (iv) "conquista de uma nova fonte de oferta de matérias primas ou de bens semimanufaturados"; e (v)

"estabelecimento de uma nova organização da indústria" ou a formação de um monopólio (Schumpeter, 1988, p.48).

Estas combinações adquirem novos contornos e possibilidades na contemporaneidade, seja pela geografia global, seja pelo avanço das técnicas e tecnologias, e também pela variedade de transações financeiras possíveis pelo atual regime de acumulação. Contudo, as condutas de transformação, mediante a representação de obsolescência, foram muito comuns na modernidade, sendo um dos exemplos mais representativos a renovação urbana através da destruição proposta por Haussmann para Paris. Esta, segundo Harvey (2015), se intensificou com a possibilidade de exploração de juros e a facilidade do capital financeiro, mas teve seu pontapé inicial com a crise do regime de acumulação vigente e a incessante inquietação da burguesia urbana pelo aumento dos lucros.

Na contemporaneidade, Abramo (2007) identificou esta conduta entre os empresários do mercado imobiliário residencial, pois esses agentes se utilizam da associação de obsolescência simbólica aos imóveis residenciais, para justificar a sua destruição criativa e a necessidade de compra de um novo produto. O que é extremamente vantajoso no caso do mercado de bens duráveis, como o de habitação. A inclusão desses novos bens no mercado, segundo o autor, modifica-o, pois insere novas possibilidades e uma nova ordem, que altera os valores que pautam as decisões da demanda e o valor de troca de imóveis antigos, gerando incertezas para a oferta e demanda.

Pela repercussão das novidades, possíveis por tais combinações, em termos urbanos, Abramo (2007), concordando com Schumpeter (1988), destaca que com essas inovações os empresários buscam modificar as preferências dos consumidores, pois podem sucumbir o desejo de mudança e fomentar a compra de um novo imóvel. Essa possibilidade é muito bem-vinda no atual regime de acumulação, pois a representatividade do capital rentista - forte característica do mercado imobiliário nacional - potencializa a necessidade de ampliar a variedade de mercadorias que possam ser ativos econômicos. No Brasil, esta lógica é comum a várias cidades, por isso, a modernização e o desenvolvimento são justificados pela substituição do passado edilício por novos empreendimentos ou por ações de intervenção urbana incentivados pela iniciativa privada.

Em termos de paisagem urbana, essas condutas têm levado a substituição de estruturas urbanas e arquitetônicas, e o surgimento de novas tipologias. É comum ver bairros tradicionais, conhecidos pelo perfil de ocupação composto por residências unifamiliares, serem substituídos por edifícios de múltiplos pavimentos que pouco (ou nada) dialogam com as localidades. Assim como, uma enorme pressão, por parte do mercado imobiliário, para revisão dos coeficientes de aproveitamento previstos nos planos diretores, de modo a possibilitar a construção intensiva e o sobreíndice. Ainda, a modificação de paisagens pela alteração da conotação de atributos, como recursos naturais ou

bens patrimoniais, para o tratamento como externalidades, passíveis de exploração no mercado imobiliário.

Essas considerações destacam que as relações capitalistas na paisagem urbana traduzem um conjunto de práticas direcionadas para atender e formular determinados valores que condizem com a estrutura social, tectônica e espacial de um dado período. Isto é, estão inseridos em um regime de acumulação, circunscrito à dinâmica social de um dado intervalo de tempo, e expressam no espaço as condutas condicionadas pelas influências dialéticas do regime capitalista e os interesses e práticas específicos dos grupos sociais que se apropriam de dada localidade.

É daí que conseguimos distinguir o espaço enquanto porção geográfica e ele como paisagem urbana. A diferença estaria em considerar o espaço geográfico como condição natural, que está contido e é tratado/transformado para atender aos valores do contexto. Sendo, portanto, uma condição ou um momento a qual irão se somar ações no tempo. Nesta segunda condição, estão implícitos os valores, tensões e processos sociais que consolidam a caracterização social do espaço, ou ele como resultado do conjunto de determinações econômicas, sociais, políticas e culturais que definem a produção e os modelos das estruturas espaciais. Sendo a paisagem uma totalidade que contém relações dialéticas da produção social e capitalista.

Essas considerações nos levam a pontuar que a efemeridade das relações capitalistas repercute na paisagem urbana, o que seria decorrente das mudanças no regime de acumulação, consequentemente, dos regimes urbanos e da indissociabilidade entre os sucessivos processos de urbanização e os modos de produção. O surgimento de uma paisagem está atrelado às práticas capitalistas, e a sua conformação a uma variedade de elementos e conexões que possibilitam múltiplas escalas de intercâmbio, que podem ter origem econômica, mas também social, cultural, espiritual e política. Estes modelos de urbanização variam no tempo e se expressam na paisagem, o que ocorre por serem conformados por práticas sociais e por estas serem submetidas ao modelo capitalista que, como apontou Marx (*apud* HARVEY, 2005), é conformado por contradições, cujas lógicas criam crises que têm como efeito ou alternativa ao seu equilíbrio a expansão da capacidade produtiva e a variação dos regimes de produção.

As mudanças no regime de acumulação, além de serem tratadas como fenômenos socioeconômicos, também podem ser abordadas como fenômenos espaciais, o que permite compreender a relação entre forma urbana, soluções arquitetônicas e padrões de comportamento - conjunto que inclui as práticas e representações sociais, políticas, culturais e espirituais - de uma sociedade. Destacando, então, que as formas e soluções urbanas dos distintos períodos históricos são resultantes de práticas, representações e articulações sociais que se expressam através de operações de adição, consolidação e sobreposição.

Assim, a paisagem urbana pode ser abordada e compreendida pela morfologia urbana, que é “a ciência que estuda a forma física das cidades, bem como os principais atores e processos de transformação urbana que moldam essa forma” (Oliveira, 2019, p.9).

Pelo seu caráter multidisciplinar, a morfologia urbana permite a abordagem da complexidade dos fenômenos socioespaciais, o que é possível pela adoção das linhas de estudo que compõem esta ciência e pela análise do território, dos processos e dinâmicas de produção e apropriação do espaço e do contexto natural. Cada uma dessas linhas foram tratadas por distintas escolas e “recebem contributos de diferentes disciplinas como a arquitetura, a geografia, a história e o planeamento urbano” (Oliveira, 2019, p.9). Assim, para a análise de determinada paisagem urbana, deve-se considerar o objetivo do estudo e as especificidades dos fenômenos socioespaciais que coordenam a conformação desta porção territorial.

Dentre estas linhas, destaca-se a Histórico-Geográfica, tratada pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana, cujos principais enfoques são sobre a “representação física dos fatos urbanos e seus desdobramentos na dinâmica evolutiva de uma paisagem urbana” (Costa; Netto, 2017, p.47). Nesta Escola, a paisagem urbana é entendida como “resultado da ocupação humana sobre o suporte ambiental”, e as formas geradas pelos processos de urbanização são evidências materializadas e objetos de análise da morfologia urbana (Netto; Costa; Lima, 2014, p.30). Um dos principais pesquisadores desta escola é o geógrafo Conzen, que trata a cidade como um “palimpsesto”, considerando que sua formação acontece pelo contínuo acúmulo de camadas de distintos períodos sobre o mesmo sítio natural (Netto; Costa; Lima, 2014).

Este entendimento como “palimpsesto” fundamenta a abordagem da paisagem urbana através da determinação de períodos com ações e resultados que seguem a mesma lógica estética, tecnológica, política, econômica, cultural, etc., conforme caracterizamos antes como regimes urbanos. A utilização desta metodologia se justifica pelas aplicações propostas por Whitehand (1977 *apud* Oliveira, 2016, p.67), através da exploração da relação entre a formação de porções urbanas e os “ciclos de construção”, demonstrando a importância da economia urbana. Possibilidade que nos interessa, pois buscamos analisar o processo de transformação de paisagem urbana influenciado pelos desdobramentos do regime de acumulação. Assim, esta metodologia nos permite analisar os remanescentes das distintas camadas temporais que conformam a paisagem em estudo, identificando as ações hegemônicas - através das práticas materiais e imateriais, como as soluções tipo morfológicas e o padrão de ocupação - e sua motivação.

A METODOLOGIA HISTÓRICO GEOGRÁFICA NA ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA

A metodologia histórico geográfica é aplicada, basicamente, em duas etapas: (i) organização temporal da evolução urbana, momento onde são identificados os períodos históricos e morfológicos; e (ii) análise tripartite da paisagem urbana, pelo estudo, em sequência, do plano urbano, tecido urbano, e do uso e ocupação do solo e dos edifícios. Para esta abordagem, Conzen (1960 *apud* Costa; Netto, 2017, p.54) ainda aponta diretrizes ou metas analíticas: (i) identificar os períodos morfológicos e reconhecer as “regiões distintas” na cidade; (ii) “indicar o fator econômico que dá origem ao desenvolvimento àquele elemento distinto”; (iii) “descrever as características do plano urbano e ilustrar”; e (iv) selecionar edifícios para analisar as modificações ao longo do tempo.

A identificação de “regiões distintas” numa mesma porção territorial, Conzen (1960 *apud* Oliveira, 2016) chamou de “regiões morfológicas”, que são porções da paisagem urbana que congregam práticas tipo morfológicas, e soluções de sistemas e estruturas urbanas com grande semelhança. O que é comum a produção de uma espacialidade em dado período ou por uma mesma motivação ou ator. Assim, o objeto empírico trata-se de uma região morfológica, pois refere-se ao processo de expansão do centro de Campina Grande, cuja ocupação retrata soluções, materiais, técnicas e correntes arquitetônicas da mesma época. Iremos, então, nos concentrar em responder aos fatores econômicos que promovem as transformações nessa porção ao longo do tempo, e não intentamos entender a formação de outras áreas - embora o surgimento de novos bairros seja citado para contextualizar determinados fenômenos na porção em estudo.

Na primeira etapa, busca-se identificar padrões entre as características materiais e imateriais expressas na paisagem, de modo a conjugar soluções, elementos e representações espaciais a um dado período, assim como suas motivações e origem. Esta análise busca definir os “períodos morfológicos”, que são determinados “pela síntese dos períodos históricos com os evolutivos” e representam a relação entre “fatos históricos e as inovações materializadas na paisagem urbana, determinando características formais” (Netto; Costa; Lima, 2014, p.31-32). Sua descrição é feita através da apresentação das “questões econômicas e sociais que caracterizam cada período” e resulta na sua correlação aos “períodos históricos”, que são fases maiores em termos temporais que traduzem características, eventos e práticas estruturais (Costa; Netto, 2017, p.54). Um período histórico pode conformar mais de um período morfológico, a exemplo de um ciclo de acumulação capitalista que encerra vários ciclos de produção e regulação do espaço.

Para esta primeira etapa utilizamos as fases do planejamento urbano nacional. Esta opção considera que a cidade de Campina Grande surgiu no final do século

XVIII, porém, foi apenas a partir do século XIX que se registrou um processo de consolidação mais intenso, inclusive data dessa época a ocupação da área em estudo. Isto é, os fenômenos econômicos, políticos e sociais que inscrevem as transformações na paisagem local estão circunscritos ao Brasil República, sendo fortemente influenciados pelos regimes urbanos, que traduzem as relações dialéticas entre o capitalismo e as políticas macroeconômicas e setoriais locais. Quanto à periodicidade do planejamento urbano nacional, consideramos a divisão proposta por Villaça (1999) - Planos de Embelezamento, Planos de Conjunto, Planos de Desenvolvimento Integrado e Planos sem Mapas-, as quais acrescentamos os regimes recentes - Democratização do País (após a Constituição de 1988) e Planos Desenvolvimentistas.

A segunda etapa se destina à análise “tripartite” da paisagem, na qual, identifica-se os remanescentes dos períodos históricos antes detectados (Costa; Netto, 2017). “A aplicação do método da visão tripartite conduz à compreensão da evolução urbana da paisagem urbana” e permite constatar e analisar as transformações da forma ao longo do tempo (Costa; Netto, 2017, p.32).

O “plano da cidade” é “definido como a organização topográfica de uma área construída contendo três elementos diferentes: (i) as ruas e a sua organização num ‘sistema de ruas’; (ii) as parcelas e a sua agregação em quarteirões; e (iii) a planta de implantação dos edifícios” (Oliveira, 2019, p.10). Já o tecido edificado são manchas formadas pelos “agrupamentos de quarteirões com características semelhantes” (Netto; Costa; Lima, 2014, p.31). A relação entre as características identificadas nesta análise se deve ao tipo edilício, que conjuga aspectos como forma, dimensão e modo de implantação dos lotes, que são condicionados pelo estilo arquitetônico e a tectônica próprios de determinada temporalidade (Netto; Costa; Lima, 2014). Cabe destacar a “hierarquia de modificação” das estruturas da visão tripartite, pois estas se iniciam com alterações no uso da edificação e do solo, seguindo por modificações edilícias, através de mudanças na fachada e na implantação do lote, que, por fim, transformam as quadras e o tecido urbano, elementos que têm maior tendência de permanência (Netto; Costa; Lima, 2014, p.32).

Para caracterizar o processo de construção e transformação dos dois primeiros elementos da visão tripartite da paisagem utilizamos a tipologia das “áreas de transformação das cidades brasileiras” descrita por Pegoraro e Macedo (2016). Estes autores, ao analisarem o processo de expansão de várias cidades no século XXI, identificaram três tipologias de transformação, que são por: (i) “adição”, quando o parcelamento visa a criação de novas áreas; (ii) “consolidação”, referindo-se à ocupação de vazios em áreas existentes; e (iii) “sobreposição”, sendo a transformação da paisagem a partir da modificação do padrão de ocupação, através da renovação das volumetrias construídas (Pegoraro; Macedo, 2016, p.11). Para ilustrar esses fenômenos recorremos a caracterização de

mudanças arquitetônicas e urbanas, associando imagens que ilustram as condições destacadas, conforme apresentamos a seguir.

VISÃO TRIPARTITE DA PAISAGEM URBANA DO ENTORNO DO AÇUDE VELHO

Conforme descrito, desenvolvemos a análise em duas etapas, sendo a primeira a identificação dos períodos históricos e morfológicos. Para tal foi realizado o levantamento da evolução urbana da área, a qual resumimos na forma de uma linha do tempo, destacando os principais eventos (Figura 1).

Figura 1: Organização temporal da evolução urbana da área

PERÍODO HISTÓRICO	PERÍODO MORFOLÓGICO	
	Açude Velho	Paisagem do Entorno
Período Republicano*	1820-1870 Abastecimento	Área pouco ocupada ou ocupada por edificações efêmeras (paliçadas);
	1871-1925 Modernização ou Industrialização	Chegada da linha férrea; Entorno imediato do Açude Velho ocupado por fábricas; e Açude com função de esgoto;
	1926-1964 Cartão Postal ou tratamento paisagístico	Parcelamento da área e início da ocupação residencial: loteamento de alto padrão na margem noroeste: surgimento do curtume, da Igreja e Asilo de São Vicente de Paula e de edificações residenciais na margem sudoeste; diversidade de usos na margem noroeste;
	1965-1992 Ponto Turístico ou promoção de atividades de recreação e lazer	Ocupação de lotes residenciais vazios em ambas as margens; surgimento de novas atividades no entorno imediato do Açude, como restaurantes e escola (margem noroeste); surgimento de novos bairros periféricos na cidade;
	1992-2001 Patrimônio Histórico: Institucionalização do Açude como parque e bem patrimonial	Transformação do curtume em Parque da Criança (margem sudoeste); surgimento de galeria comercial importante na porção noroeste; manutenção do perfil de ocupação da porção sudoeste e início da verticalização da porção noroeste;
	2002 - hoje Valorização da Frente D'água: Açude como externalidade do mercado imobiliário; Estado promovendo intervenções;	Construção de museus nas margens do Açude; última fábrica do entorno para de funcionar e dá lugar a três arranha céus. Intenção verticalização: demolições;

*Organizado segundo as Fases do Planejamento Urbano Nacional de Villaça (1999)

Fonte: Autores, 2025.

Uma das principais constatações dessa etapa foi a importância do Açude Velho, pois percebeu-se que a modificação das condutas de gestão e planejamento deste espaço livre refletem na produção do espaço do seu entorno. Assim, a organização temporal da paisagem destacou os períodos morfológicos do Açude e do seu entorno. Uma outra constatação relevante foi o tempo de processamento das transformações, pois a mudança de alguns períodos morfológicos não teve tanto impacto na paisagem. O que, conforme discutiremos, deve-se à mudança de atenção do planejamento urbano das áreas centrais para as franjas urbanas, já que as fases coincidem com a política de expansão da malha urbana e as modificações ficaram restritas ao Açude, entendido como espaço público.

Na sequência, na segunda fase, procedemos com a descrição dos períodos morfológicos, destacando o tipo de transformação e os fenômenos urbanos, sociais, políticos e arquitetônicos que ajudam a caracterizar a paisagem em cada momento. Por considerarmos a paisagem urbana como um palimpsesto,

procedemos com uma descrição mais detalhada do período morfológico atual, já que os anteriores estão presentes na forma de continuidade de atributos que podem ser elementos construídos ou prática sociais. Ainda, por constatarmos ser o período onde as maiores transformações foram processadas, e em um intervalo de tempo menor.

O primeiro período morfológico, inserido no regime Imperial, reflete a fundação da cidade de Campina Grande, que coincidiu com três grandes secas. O Açude Velho é construído para ser fonte de abastecimento do povoado, que surgiu em razão da sua localização geográfica, propícia ao comércio, que iniciou a norte do Açude. Nesse momento registram-se poucas construções às suas margens, apenas paliçadas que davam apoio à atividade da pesca.

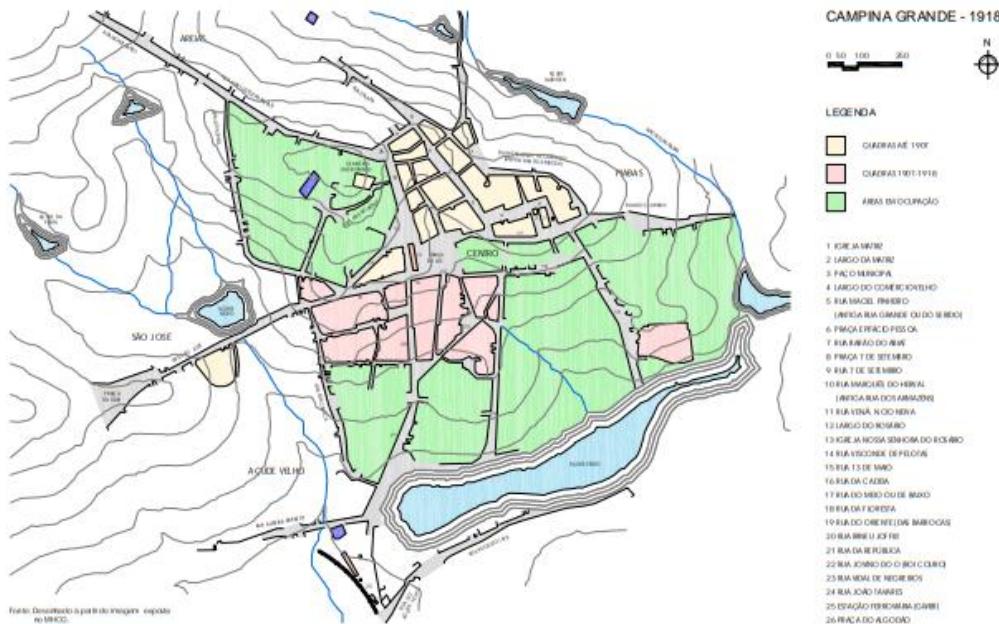
O surgimento do núcleo urbano campinense é reflexo da política de povoamento do interior da colônia pela metrópole, Portugal. E, em termos de evolução urbana, se insere no momento da “cidade comercial”, onde as relações de troca passam a ser mais complexas, pelo surgimento do dinheiro, que possibilitou o comércio de novos produtos e serviços. Essa mudança econômica demandou uma ampliação na escala das articulações da cidade (Harrion; Hoyler, 2020), e as estruturas urbanas ambientais também ficaram mais complexas, pela variedade e diversidade das tipologias que são adicionadas à malha urbana. O que ressalta a importância do espaço na organização social, possibilitando diferenciações que estruturam a funcionalidade urbana. Contudo, a análise da evolução urbana da área apontou a existência de uma ocupação em decorrência da apropriação do Açude como recurso hídrico. Assim, caracterizamos as transformações da paisagem como adição, relativo ao momento de início do povoamento da área

O segundo período morfológico é o momento onde o planejamento urbano nacional estava, juntamente com o Estado, se estruturando, e teve como principais atuações o incentivo à industrialização; a promoção de intervenções nas paisagens urbanas coloniais visando higienizar, modernizar e embelezar a cidade; e as iniciativas de expansão da malha urbana. Esse três tipos de ação foram registrados na área em estudo, cuja ocupação, no início do século XIX, representou a segunda expansão do núcleo urbano local (Figura 2), o que ocorreu através do surgimento de um novo eixo, marcado pela chegada da estação Férrrea em 1907, a *Great Western*. A principal característica desta paisagem urbana é a presença do Açude Velho, que possibilita a construção de fábricas que o utilizavam como recurso hídrico, além da existência de vários galpões, que davam suporte à atividade industrial e à agricultura, especialmente a produção de algodão. Caracterizamos, então, a modificação da paisagem com de consolidação, dado, como dito, o surgimento de novas construções e equipamentos na área em decorrência da ocupação inicial.

Décadas depois, por volta de 1930, quando começa o terceiro período morfológico, ocorre a apropriação residencial da área, através de um loteamento que adicionou os ideais modernistas elitizados incidentes nos bairros periféricos paulistas que propunham uma versão comercial da Cidade Jardim proposta por Ebenezer Howard. O principal exemplo ou referência morfológica para a área foi o bairro Jardim América, localizado em São Paulo, que, segundo Wolff (2001), representava o padrão residencial da elite paulista à época, apresentando as “experiências dos subúrbios ajardinados anglo-americanos e as cidades jardins britânicas” com edificações pitorescas que mesclavam a influência anglosaxônica com o ideal de valorização da identidade nacional, ambos traduzidos pela arquitetura neocolonial.

Esta porção do centro campinense representa o primeiro momento de mudança do perfil social do núcleo primitivo - composto por ruas como Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales, Cardoso Vieira e Peregrino de Carvalho-, ocorrido após a intervenção modernizadora proposta por Vergniaud Wanderley para as ruas centrais. Este modelo de atuação do planejamento urbano executado em Campina Grande reflete a segunda principal conduta do período histórico em questão, pois a reforma, conhecida como Bota-Abaixo, dado o perfil das diretrizes transformadoras, fortaleceu a função comercial desta parte do centro, induzindo a elite a migrar para loteamento próximo ao Açude. Tais aspectos ressaltam a influência dos grandes centros, onde a burguesia migrou para as franjas urbanas ocupando os parcelamentos ajardinados e com lotes de grandes dimensões. Soluções que possibilitaram a construção de casarões, muitos no estilo neocolonial e, alguns modernistas, com garagens, jardins e edículas. Tudo isso foi possível pelo momento econômico favorável em razão do apogeu da produção algodoeira na cidade, cuja importância fez o algodão ser conhecido como Ouro Branco.

Figura 2: Mapa dos processos de expansão da malha urbana, em verde destacando parte da área em estudo, à época parcelada e não ocupada



Fonte: Queiroz, 2008, p.44

Na porção sudoeste do Açude também ocorrem significativas transformações com a inauguração em 1931 do Asilo da Mendicidade Deus e Caridade. Este era mantido por uma organização espírita que cedeu, devido a problemas econômicos, o local à diocese de Campina Grande, passando em 1936 a ser Igreja e Asilo São Vicente de Paulo. Tal equipamento foi importante para iniciar a ocupação residencial da área, em especial porque na década de 1940 agregou uma escola pública, mantida pela diocese (Figura 3). Na década seguinte, foi construído na mesma área o edifício da Gráfica Campinense, importante equipamento da gestão municipal. Já em 1958, com as fábricas mudando para o bairro de Bodocongó, instala-se, na margem sudoeste, o Curtume Motta Irmão dando continuidade a função fabril da área, juntamente com a Fábrica de Aguardente Caranguejo à oeste do Açude (Figura 4).

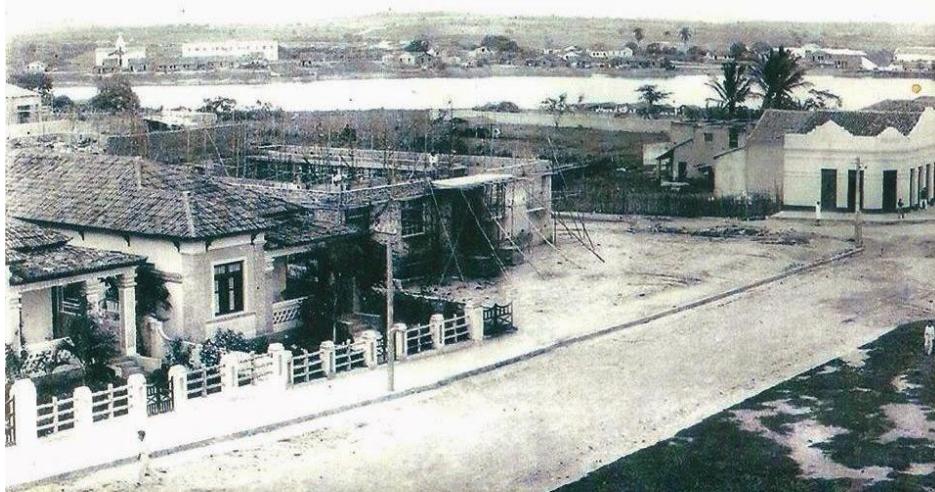
Figura 3: Porção sudoeste com o Asilo Deus e Caridade



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (RHCG), 2014.

Em face às mudanças da paisagem expostas, o perfil de transformação da área pode ser caracterizado também como de consolidação, pois significou a efetiva ocupação da área com a construção de diversos edifícios e infraestruturas urbanas em áreas e lotes vazios. Os eventos expostos traduzem o perfil socioeconômico dos moradores da área, consolidando uma representação que refletirá nas modificações urbanas posteriores. Assim, retomando a visão tripartite, podemos caracterizar a paisagem urbana da área por: (i) um sistema de vias ortogonais largas, bem conectadas à planta da cidade; (ii) parcelado em grande quadras e lotes com mais de 500m²; e (ii) edifícios térreos ou térreo mais um, implantados soltos no lote, com garagens, extensos jardins e uso predominantemente residencial.

Figura 4: Esquina da Rua Miguel Couto com a Desembargador Trindade em primeiro plano, Açude Velho em segundo e parte da ocupação sudeste em terceiro



Fonte: RHCG, 2014.

No terceiro e quarto períodos históricos, poucas transformações são registradas na paisagem, existindo apenas um período morfológico, o quarto, cujas soluções arquitetônicas, urbanas e de planejamento podem representá-los. Convém contextualizar que este quarto período morfológico coincide com a Ditadura Militar, onde poucas mudanças foram registradas no centro da cidade, já que a postura do período foi de expansão urbana. Contudo, ocorreu a construção e difusão de tipologias residenciais modernistas, principalmente no entorno norte do Açude Velho, o que revela o desejo da elite da época em aderir a um novo modo de morar, baseado nos princípios preconizados pela arquitetura moderna (Santos, 2018).

Neste período histórico, fase dos “Planos Sem Mapas”, são estabelecidos princípios e diretrizes genéricas, que não conseguem sanar os problemas urbanos (Villaça, 1999). Nessa fase, o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado na época, impulsionou a construção de moradias, levando os ciclos de produção imobiliária para a construção de espacialidades, conformando novas centralidades e impactando na dinâmica dos centros. As políticas de industrialização também seguem o modelo, já que a opção de ocupação são franjas urbanas, onde são construídos bairros industriais, a exemplo do Distrito Industrial e do Distrito dos Mecânicos, localizados no sul da cidade. O mesmo ocorre em relação às políticas educacionais, cujas universidades são transferidas para áreas periféricas, a exemplo do campus da Universidade Federal da Paraíba (hoje UFCG), que foi implantado, em 1970, no bairro Universitário, eixo noroeste da cidade (próximo ao Açude de Bodocongó).

O tipo de transformação da paisagem registrado nesse período foi ainda de consolidação, já que os novos edifícios foram erguidos em lotes vazios, a exemplo do Serviço Social do Comércio (Sesc) na margem sul do Açude, e a concessionária Cavesa na porção noroeste, esta segunda representando os reflexos da política da macropolítica econômica que deu grande impulso à produção e comercialização de veículos. Também é dessa época a construção do hipermercado próximo ao Açude, refletindo a diversidade de usos da área e consolidando a infraestrutura social da porção. A visão tripartite da paisagem atesta a manutenção de parte dos elementos caracterizados no período morfológico anterior, sendo a única modificação o surgimento de novas tipologias arquitetônicas, que ocupam os lotes sem modificação do seu traçado, conforme pode ser observado nas Figuras 5 (A) e 5 (B), cuja diferença da Figura 3 é a densidade de ocupação.

Figura 5: Entorno do Açude Velho



(A) Década de 1950 apresentando perfil de ocupação; (B) década de 1970 com mudanças no perfil de ocupação e sua utilização para esportes aquáticos.

Fonte: RHCG, 2011 e 2009.

No quinto período histórico, que coincide com o quinto período morfológico, a fase do planejamento urbano nacional que se inicia com a promulgação da Constituição Federal de 1988, têm início significativas transformações da paisagem em estudo em razão do reconhecimento patrimonial do Açude Velho, que também foi institucionalizado como Parque Vergniaud Wanderley. Nesse momento, são construídos os primeiros edifícios de múltiplos pavimentos, ambos na porção noroeste do Açude, um localizado à rua João da Mata, fruto da ocupação de um terreno vazio, e outro na rua Salvino Figueiredo, após demolição de edificação unifamiliar. Além desses, foi construída na área uma importante galeria comercial, o edifício que seguia a corrente contextualista da arquitetura pós moderna, passou uma década sendo o centro comercial mais requintado da cidade. O que reforça a manutenção do perfil socioeconômico dos moradores e usuários consolidado desde a ocupação da área na década de 1930.

Houve também, nesse período, uma tentativa de transformar parte da área ocupada pelo Açude Velho em um *shopping center* com 42 mil metros quadrados. Apesar de não ter sido efetivada, a proposta chegou a ser divulgada pela imprensa em 2 de julho de 1988 e discutida por meses entre o Estado e a população (Barros; Carvalho, 2016). De fato, o evento mais significativo em termos de transformação da paisagem foi a construção, em 1992, do Parque da Criança, no local onde funcionava o Curtume Motta Irmão. O que impulsionou, nos anos 2000, a construção dos primeiros edifícios de múltiplos pavimentos, um na porção norte do Açude (Figura 5 (B)) e outro na sul. A análise da evolução urbana da área levou a constatação que a paisagem sofreu poucas modificações materiais, ou seja, as mudanças mais representativas foram em termos de representação social da área, destacando a imagem de espaço público patrimonial. Assim, nenhum dos tipos de transformação da paisagem descritos por Pegoraro e Macedo (2016) podem ser associados a este período morfológico.

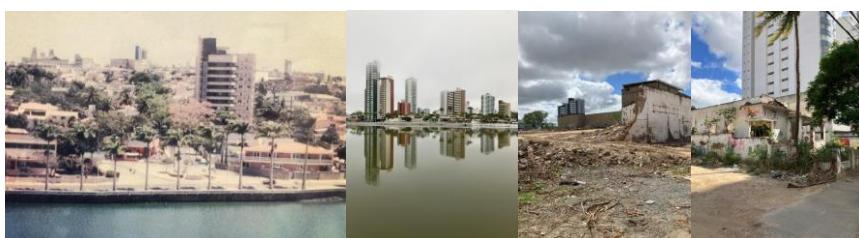
O sexto período morfológico coincide com a atualidade, cujo perfil do planejamento urbano caracteriza-se como desenvolvimentista, em razão do perfil das políticas macroeconômicas que permitiram grandes transformações

nas cidades. Nessa fase, a representação social da área induz a mudança de conotação do Açude Velho, que passa a ser tratado como uma externalidade extremamente lucrativa no mercado imobiliário. O que é reforçado pela atuação do Estado, que promoveu várias intervenções para melhoria da infraestrutura, além da construção de dois museus - Museu de Arte Popular da Paraíba e Museu Digital de Campina Grande - e ampliação das áreas livres, com a transformação de via de circulação de veículos motorizados para rua pedestrанизada.

Não sem razão, intensificam-se as demolições de edifícios unifamiliares, inclusive aqueles no estilo neocolonial. Em seus lotes, agora ocorre a intensificação da ocupação, cuja densidade pode significar um sobrejacente para algumas incorporadoras. Assim como, registram-se várias reformas em edificações residenciais para adaptar ao uso comercial.

Este período morfológico retrata o retorno do interesse do mercado imobiliário pela área, cuja atuação dos agentes imobiliários passa a ser pela introdução de inovações através da “destruição criativa”. Essa postura que pode ser ilustrada: (i) pelo encerramento da atividade industrial na área, com a mudança da Fábrica Caranguejo e a demolição do conjunto fabril para substituição por três edifícios de múltiplos pavimentos; (ii) pela demolição do conjunto de galpões históricos que sediaram a Gráfica Campinense (Figura 6 (C)); e (iii) pela demolição de vários edifícios cujos lotes não estão sendo ofertados, significando a retenção especulativa (Figura 6 (D)).

Figura 6: Modificações no entorno do Açude Velho.



(A)Açude Velho em 1990; (B) Açude Velho em 2024; (C) demolição da Gráfica Campinense; e (D) demolição de edifício na Rua Desembargador Trindade

Fonte: RHCG, 2017 (A) e Autores, 2023 (B,C e D).

Em termos de combinação, seguindo os modos de processamento das novidades descritas por Schumpeter (1988), com os agentes imobiliários ofertando novos produtos, resultantes da combinação de tipologias verticais de múltiplos usos com destaque para habitação, o que, em vários casos, é possível pelo incremento de técnicas e materiais contemporâneos. Já quanto à demanda - usuários que buscam imóveis para compra ou aluguel -, constatou-se a manutenção do perfil socioeconômico, sendo as classes média e média alta, o que reforça a

continuidade da representação social da área construída ainda no início da sua ocupação.

Neste caso, podemos classificar as transformações da paisagem como por sobreposição, pois ocorre a renovação arquitetônica. Em termos de parcelamento, as alterações se restringem a poucos remembamentos, pois o perfil dos lotes da área, combinado com os índices previstos no plano diretor, permitem um alto índice de aproveitamento e verticalização (Figura 6 (B)). E, o modelo do sistema de vias implantado, por incorporar as inovações modernas da década, atende à intensidade dos fluxos da área, com exceção de vias densamente ocupadas, pois houve um considerável aumento dos usuários da área.

O quadro abaixo (Figura 7) sintetiza a relação entre os períodos morfológicos da evolução urbana do entorno do Açude Velho e as tipologias de transformação da paisagem.

Figura 7: Correspondência de períodos morfológicos e tipologias de modificação da paisagem.

PERÍODO MORFOLÓGICO Açude Velho	TIPOLOGIA DE TRANSFORMAÇÃO Paisagem do Entorno
1º PERÍODO 1820-1870	ADIÇÃO
2º PERÍODO 1871-1925	CONSOLIDAÇÃO
3º PERÍODO 1926-1964	CONSOLIDAÇÃO
4º PERÍODO 1965-1992	CONSOLIDAÇÃO
5º PERÍODO 1992-2001	SEM TRANSFORMAÇÕES SIGNIFICATIVAS
6º PERÍODO 2002 - HOJE	SOBREPOSIÇÃO

Fonte: Autores, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades contém na sua paisagem urbana uma identidade que expressa o *modus vivendi* da sociedade. As práticas urbanas e arquitetônicas traduzem a periodicidade das relações que as conformam, atestando sobre os eventos e motivos que levam a sua formação e transformação. Assim, a adoção de uma metodologia que combina conjuntos de ações com contextos sócio espaciais e temporais, como a abordagem histórico geográfica, permite analisar em diferentes escalas esses fenômenos urbanos, e assim compreender tendências, vocações e a emergência de discutir determinadas dimensões, como a econômica. O que foi possível observar pela análise tripartite do entorno do

Açude Velho, que indicou, além da manutenção do perfil socioeconômico, padrões de comportamentos e transformações da paisagem, como a sobreposição materializada pela destruição criativa.

Este fenômeno, contudo, não é específico da realidade local, nem é recente. Pois, na evolução urbana das cidades, a modernidade é marcada na paisagem urbana através das transformações promovidas pela *tábula rasa*, conduta fortemente influenciada pelo capitalismo, que à época passava por uma das suas crises de acumulação. Esse desejo de transformação, contudo, se perpetua na contemporaneidade através da destruição criativa, que é uma conduta transformadora justificada por uma obsolescência, muitas vezes, simbólica, já que parte da estrutura edilícia acaba sendo substituída apenas para promover a exploração de um sobrelucro e não por sua desatualização funcional, tecnológica ou tectônica. Assim, entendemos que o fundamento dessa destruição está na especulação de uma renda futura, possível através da capitalização virtual do espaço fundada nos novos desejos e necessidades fomentados pela citada conduta capitalista de obsolescência. O que, muitas vezes, é reforçado em termos urbanos pelo Estado, que valida a renovação urbana através das determinações de uso e ocupação dos planos diretores, assim como dos índices construtivos permitidos.

Concluímos, então, que a mudança e a continuidade nas paisagens urbanas refletem o processo hierarquizante dos grupos sociais que têm relação (direta ou indireta) com a espacialidade, traduzindo tendências econômicas e alianças políticas, já que as transformações são condicionadas pela regulação urbana. Esse cenário destaca a importância de problematizar a transformação das paisagens urbanas, já que as intervenções promovidas pelo mercado são a principal forma de absorção das crises do regime capitalista. E, nesse processo, a destruição criativa assume posição hegemônica da produção do espaço, sendo validada socialmente pela demanda que consome essas novas combinações apresentadas pelo mercado imobiliário.

Referências Bibliográficas

Abramo, Pedro. **A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital.** Ensaio FEE, V.16, N. 2, 1995, p. 510-555. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1790>, acessado em abril de 2019.

_____. **A Cidade Caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

Barros, Tais Karoline da Silva; Carvalho, Luiz Eugênio Pereira. **A representação e a materialidade do Açude Velho em Campina Grande (1984-1992).** In: Sustentabilidade Urbana: as cidades como espaços de qualidade de vida. MARTINS, M. de F. e VASCONCELOS, A. C. F de (Orgs.). Campina Grande: Leve, 2016, p. 170-192.

Campina Grande 150 anos: Açude Velho. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, Campina Grande, 19 ago. 2014. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2014/08/campina-grande-150-anos-acude-velho.html> , acessado em 28 jun.2024.

Costa, Stael de Alvarenga; Netto, Maria Manoela Gimmeler. **Fundamentos da morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

Construção da Sede do Campinense Clube. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, Campina Grande, 14 out. 2014. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2014/10/construcao-da-sede-do-campinende-club.html> , acessado em 28 jun.2024.

Harvey, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2Ed. São Paulo: Ed. Annabume, 2005.

_____. **Paris: A capital da modernidade**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

_____. **Condicão Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 26.ed., 2016.

Harrison, John; Hoyler, Michael. **Megaregions: foundations, frailties, futures**. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781782547891/9781782547891.00007.xml>. Acesso em: 6 set. 2020.

Macedo, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Pancron, 1999.

Memória fotográfica: Açude Velho década de 1950. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, Campina Grande, 16 mar. 2011. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2011/03/memoria-fotografica-acude-velho-decada.html> , acessado em 28 jun.2024.

Netto, M. M. G.; Costa, S. A. P.; Lima, T. B. (2014) **Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. Paisagem e Ambiente** : Ensaios, 33, pp. 29-48. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i33p29-48> . Acessado em agosto de 2023.

Oliveira, V. M. A. **Morfologia urbana: diferentes abordagens**. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 65–84, 2016. DOI: 10.47235/rmu.v4i2.7. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/7>. Acesso em: 8 ago. 2023.

_____. Diferentes Abordagens em Morfologia Urbana. In: **Diferentes abordagens de morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros.** 2ed. Porto: Urban Forms, 2019, v. 1, p. 9-11.

Ontem e hoje: Açude Velho. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, Campina Grande, 17 ago. 2009. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/ontem-e-hoje-acude-velho.html> , acessado em 28 jun.2024.

Pegoraro, Rafael Lopez; Macedo, Silvio Soares. **Transformação na Forma Urbana Brasileira Estudo de dois Centros Urbanos**. In: XIII ENEPEA, 2016, Salvador. Anais do XIII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura. Salvador: FAUFBA, 2016. v. 1. p. 800-816.

Queiroz, Marcus. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Engenharia de São Carlos, São Carlos -SP, 2008.

Santos, Raphael. **O novo Açude Velho: a produção de empreendimentos habitacionais multifamiliares no centro de Campina Grande - PB (1990 - 2017)**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2018.

Schumpeter, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3 ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

Topalov, Christian. **Ganancias y Rentas Urbanas: Elementos teóricos**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A., 1984.

Villaça, Flávio. **Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: Deák, C.; Schiffer, S. R.(org.), O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

Vista parcial do Açude Velho, Centro. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, Campina Grande, 04 dez. 2017. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2017/12/vista-parcial-a-cude-velho-centro.html>, acessado em 28 jun.2024.

Wolff, Silvia Ferreira dos Santos. **Jardim América: O primeiro bairro jardim de São Paulo e sua Arquitetura**. São Paulo: Ed. Edusp, 2001.